

Informe Legislativo Estadual

MATÉRIAS SELECIONADAS DOS DIÁRIOS OFICIAIS DOS PODERES
EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Educação

APROVADO na **Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional** o parecer favorável do relator, deputado Carlos Minc, ao **Projeto de Lei nº 1225/2015**, de autoria do deputado Átila Nunes, que "Veda qualquer restrição a utilização de trajes religiosos para a realização de provas em concursos e processos seletivos de cargos públicos, bem como para frequência e avaliações na rede pública e privada de ensino no estado do Rio de Janeiro". **Matéria pronta para plenário.**

Segurança Pública:

APROVADO na **Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia** o parecer do relator, deputado Zaqueu Teixeira, ao **Projeto de Lei nº 2148/2016**, de autoria do deputado Geraldo Pudim, que "Institui a semana estadual de segurança pública no âmbito do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências", favorável com as emendas da CCJ¹.

APROVADO na **Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia** o parecer favorável da relatora, da Martha Rocha, ao **Projeto de Lei nº 2943/2017**, de autoria do deputado Nivaldo Mulim, que "Dispõe sobre a divulgação, em delegacias de polícia, do direito ao ressarcimento do IPVA, das vítimas de roubo ou furto de veículo automotor terrestre no âmbito do estado do Rio de Janeiro".

Indústria Salineira

APROVADO na **Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional** o parecer favorável do relator, deputado Wanderson Nogueira, ao **Projeto de Lei nº 569/2015**, de autoria da deputada Márcia Jeovani, que determina o tombamento como patrimônio histórico e cultural do estado do Rio de Janeiro as salinas do município de Araruama, na região dos lagos. **Matéria pronta para plenário.**

¹ CCJ – Comissão de Constituição e Justiça.

Indústria Eletroeletrônica

APROVADO na **Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia** o parecer favorável da relatora, da Martha Rocha, ao **Projeto de Lei nº 2665/2017**, de autoria da deputada Zeidan, que “Dispõe sobre a comercialização de chips de aparelhos celulares e dá outras providências”.

Requerimento:

DEFERIDO o **Requerimento** do deputado Dr. Julianelli, autor do **Projeto de Lei nº 3.374/2017**, que altera a Lei nº 3239, de 02 de agosto de 1999, que “Institui a política estadual de recursos hídricos; cria o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos; regulamenta a constituição estadual, em seu artigo 261, parágrafo 1º, inciso VII; e dá outras providências”, a **retirada em definitivo do PL. Vai ao arquivo.**

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Sessão Ordinária
Dia: 13/03/2018

VETO:

MANTIDO o **Veto total ao Projeto de Lei nº 1695-A/2016**, de autoria do deputado Benedito Alves, que “Regulamenta a oferta e comercialização de pacotes de dados de internet banda larga fixa no estado do Rio de Janeiro”. Matéria arquivada.

ADIADA a **análise do veto total aposto ao Projeto de Lei nº 2791-A/2017**, de autoria da deputada Lucinha, que “estabelece modelos diferenciados de copos, garrafinhas, garrafas e garrafões para envase e venda ao consumidor de água potável purificada e adicionada de sais minerais, comercialmente registradas e autorizadas”, **por falta de quórum.**

URGÊNCIA:

APROVADO pelas Comissões Técnicas² o **Projeto de Lei Complementar 51/2018**, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei Complementar 106, de 3 de janeiro de 2003, e dá outras providências". O PL **recebeu sete emendas, retornadas às Comissões para análise das emendas.**

APROVADO, em discussão única, o **Projeto de Lei Complementar nº 52/2018**, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a lei complementar n. 06, de 12 de maio de 1977, e dá outras providências", na forma do substitutivo da CCJ (O parecer da Constituição e Justiça - pela constitucionalidade, com emenda, concluindo por substitutivo) com concordância das demais Comissões (Legislação Constitucional; e de Orçamento). O **substitutivo aprovado vai a autógrafa.**

Link para acessar o texto aprovado.

http://www2.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=6&url=L3NjcHJvMTUxOS5uc2YvMzRjNGUyZGE5YjE3YzBkMzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzAvZjk4OTBkODRkZDYwNTg3NjgzMjU4MjQ4MDA2ZWUxMGU/T3BibkRvY3VtZW50#

1ª DISCUSSÃO

APROVADO o **parecer da CCJ³** oferecido ao **Projeto de Lei nº 1623/2016**, de autoria do deputado Benedito Alves, que "Obriga as escolas públicas e particulares de ensino do estado do Rio de Janeiro a ministrarem em atividades extracurriculares, noções sobre educação financeira, no período que menciona". O **parecer da CCJ vai à Comissão de Indicação Legislativa.**

APROVADO o **Projeto de Lei nº 2094/2015**, de autoria da então deputada Ana Paula Rechuan, que "Autoriza o poder executivo a estender o prazo do laudo de solicitação, avaliação e autorização de medicamentos do componente especializado da assistência farmacêutica (IME), no âmbito do estado do Rio de Janeiro", com a emenda da Comissão de Saúde. O **PL emendado vai à redação do vencido para 2ª discussão.**

² Comissões Técnicas: Constituição e Justiça; Legislação Constitucional Complementar e Códigos; e de Orçamento.

³ Parecer da CCJ – pela transformação em indicação legislativa

Sessão Ordinária
Dia: 14/03/2018**URGÊNCIA:****Em discussão única - Análise conjunta dos Projetos de Lei: 3.870 – 3.871 – 3.872 todos de autoria do Poder Executivo**

- ✓ **Projeto de Lei nº 3.870/2018** – autoriza o poder executivo a contratar operação de crédito com a garantia da união e dá outras providências
 - ➔ O PL recebeu, até o presente momento, 63 emendas. **Plenário 20/03/18 – análise das emendas - sessão ordinária as 15:00**

- ✓ **Projeto de Lei nº 3.871/2018** – autoriza o poder executivo a contratar operações de crédito com a garantia da união e dá outras providências.
 - ➔ O PL recebeu, até o presente momento, 44 emendas. **Plenário 20/03/18 – análise das emendas - sessão ordinária as 15:00.**

- ✓ **Projeto de Lei nº 3.872/2018** - Autoriza o poder executivo a contratar operação de crédito com a garantia da união e dá outras providências.
 - ➔ O PL recebeu, até o presente momento, 24 emendas. **Plenário: 20/03/18 – analise das emendas - sessão extraordinária as 14h30.**

Os projetos de lei 3871 e 3870 foram aprovados pelas Comissões de: Constituição e Justiça; Tributação Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais; e de Orçamento Finanças Fiscalização Financeira e Controle. Já o PL 387 foi aprovado pelas Comissões já citadas e, ainda, pela Comissão de Ciência e Tecnologia. O PL retorna ao plenário para análise das emendas recebidas.

1ª DISCUSSÃO

ADIADA a votação do **Projeto de Lei nº 2806/2017**, de autoria do deputado Zito, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes em todos os estabelecimentos que vendam aparelhos celulares e similares no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”, **por falta de quórum.**

A SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15/03/2018 FOI CANCELADA EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DA VEREADORA MARIELLE FRANCO.

**Projeto de Lei Incluso na pauta da
Ordem do dia**

DIA: 20/03/18
Sessão Ordinária – 15hs.

PL 3870/18 e PL 38718. PL 3872/18, sessão extraordinária – acima citado.

EM CONTINUAÇÃO DA VOTAÇÃO, EM 1ª DISCUSSÃO

PL 2806/2017 - QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO DE CARTAZES EM TODOS OS ESTABELECIMENTOS QUE VENDAM APARELHOS CELULARES E SIMILARES NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EM 1ª DISCUSSÃO

PL Nº 1573/2016 - INSTITUI MEIA-ENTRADA PARA JORNALISTAS, RADIALISTAS E REPÓRTERES FOTOGRÁFICOS E CINEMATOGRAFICOS EM ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS OU PRIVADOS DE ENTRETENIMENTO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

PL Nº 2172/2016 - NIVALDO MULIM, QUE ALTERA A LEI Nº 3.325 DE 17 DE DEZEMBRO DE 1999 QUE DISPÕE SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, INSTITUI A POLITICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CRIA O PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMPLEMENTA A LEI FEDERAL Nº 9.795/99 NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

INCLUÍDO NA ORDEM DO DIA DE ACORDO COM O § 3º DO ARTIGO 47 DO REGIMENTO INTERNO.

**EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM VOTAÇÃO, EM 1ª DISCUSSÃO**

PL Nº 3258/2010 - ESTABELECE O USO EFICIENTE DA ÁGUA NOS ESTALEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL Nº 3472/2017 - CLASSIFICA O MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS COMO "MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO".

DIA: 21/03/18

Sessão Ordinária 15hs

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM VOTAÇÃO, EM 2ª DISCUSSÃO - REDAÇÃO DO VENCIDO

PL Nº 1252-A/2012 - CRIA O PROGRAMA ESTADUAL DE RECUPERAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA COM OBJETIVOS TURÍSTICOS.

EM 2ª DISCUSSÃO - REDAÇÃO DO VENCIDO - ASSIM EMENDADA

PLE Nº 2042-A/2016 - INSTITUI A TAXA DE FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE FUNDEIO NA BAÍA DE GUANABARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EM 2ª DISCUSSÃO

PL Nº 1352/2016 - CONCEDE AOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE PRESTAM SEUS SERVIÇOS COMO PERSONAL TRAINER, ACESSO LIVRE AS ACADEMIAS PARA ACOMPANHAR SEUS CLIENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL Nº 2259/2016 - INSTITUI O SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS E RESÍDUOS DE EMBALAGENS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DE ACORDO COM O PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº 12.305/2010 E NO DECRETO Nº 7404/2010.

PL Nº 410/2015 - DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FORNECIMENTO DE HEAD-SETS PELAS EMPRESAS DE TELEMARKETING A SEUS FUNCIONÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL Nº 3470/2017 - CLASSIFICA O MUNICÍPIO DE PIRAÍ COMO "MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO".

DIA: 22/03/18

Sessão Ordinária -15hs

EM 2ª DISCUSSÃO - REDAÇÃO DO VENCIDO

PL Nº 1814-A/2012 - DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE PAINEL COM INDICADOR DE VELOCIDADE EM TODOS OS ÔNIBUS INTERMUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA DE ACORDO COM O § 1º DO ARTIGO 47 DO REGIMENTO INTERNO

EM 1ª DISCUSSÃO

PL Nº 3582/2017 - CONFERE AO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS O TÍTULO DE "CAPITAL ESTADUAL DOS PRODUTOS ORGÂNICOS".

⇒ ATOS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO:

ATOS DO PODER LEGISLATIVO:

OFÍCIO GG/PL Nº 435 DE 14 DE MARÇO DE 2018

VETO TOTAL aposto ao **Projeto de Lei nº 2541-A/2017**

Autora: Deputada Fatinha

Veda a cobrança de juros de mora sobre título, fatura ou boleto, cujo vencimento ocorra aos sábados, domingos ou feriados estaduais e municipais no âmbito do estado do Rio de Janeiro. (DO-I de 15/3/18).

AGORA É LEI:

Lei 7906 de 14 de março de 2018

Oriundo do PL 3796/2018

Autor: Poder Executivo

Ementa: Altera a Lei nº 7.495, de 05 de dezembro de 2016, e dá outras providências. (incentivo fiscal – SISGIFIT). (DO-I de 15/3/18).

Lei 7907 de 14 de março de 2018

Oriundo do PL 1441/2012

Autor: Deputado Iranildo Campos

Ementa: Obriga a fixação em local visível nos veículos de transporte público coletivo intermunicipal de passageiros, dotado de aparelho de acesso de cadeirantes, do certificado da capacitação do condutor no manuseio do equipamento. (DO-I de 15/3/18).

Lei 7907 de 14 de março de 2018

Oriundo do PL 534/2015

Autor: Deputados Rafael Picciani e Zaqueu Teixeira

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de clínicas e hospitais privados, situados no âmbito do estado do Rio de Janeiro, a manterem cadastro dos profissionais integrantes de equipes médicas que realizarem procedimentos dos sob regime de "day clinic", e dá outras providências. (DO-I de 15/3/18).

Lei 7911 de 14 de março de 2018

Oriundo do PL 2106/2016

Autor: Deputados Samuel Malafaia e Jorge Picciani

Ementa: Cria o Programa "Empresa Amiga da Saúde" no âmbito do estado do Rio de Janeiro. (DO-I de 15/3/18).

ATOS DO PODER EXECUTIVO:

Ato do Governador:

Decreto nº 46.264 de 14 de março de 2018

Declara situação de emergência em áreas do estado do Rio de Janeiro em decorrência de chuvas intensas. (DO-I de 15/3/18).

Decreto nº 46.267 de 15 de março de 2018

Considera facultativo o ponto nas repartições públicas estaduais no dia 29 de março de 2018, quinta-feira, e dá outras providências. (DO-I de 16/3/18).

Ato do Secretário de Estado:

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento

Republicação por ter saído com incorreções:

Portaria SSER 150 de 06 de março de 2018

Complementa a relação dos benefícios fiscais destinados à reinstauração nos moldes do Anexo Único do Convênio do ICMS 190/17. (DO-I de 12/03/18)

Portaria SSER nº 151 de 12 de março de 2018

Acrescenta mercadorias ao Anexo Único da Resolução SEFAZ nº 185/2017, que dispõe sobre a base de cálculo da substituição tributária do ICMS nas operações com cerveja, chope, refrigerantes, água mineral e bebida isotônica e energética. (DO-I de 16/3/18).

Subsecretaria de estado da Receita Superintendência de Tributação

Portaria SUT nº 117 de 09 de março de 2018

Divulga os preços das mercadorias de que trata o Livro IV do RICMS/2000, para vigorar a partir de 16 de março de 2018. (Referente ao aumento do diesel e afins). (DO-I 13/03/18)

Subsecretaria de Estado de Receita Superintendência de Fiscalização

Portaria SUFIS nº 144 de 14 de março de 2018

Dispõe sobre a mudança no cadastro de contribuintes, em decorrência da publicação do Decreto 46.260 de 08 de março de 2018, que extinguiu a Auditoria Fiscal Regional da Capital – Centro (AFR 64.10).

Secretaria de Estado do Ambiente

Resolução CONEMA 79 de 07 de março de 2018

Aprova a NOP-INEA-35 – Norma Operacional para o Sistema online de manifesto de transporte de resíduos – SISTEMA MTR. (DO-I 13/03/18)

CPI – SONEGAÇÃO FISCAL

Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a sonegação fiscal no estado do Rio de Janeiro

1ª reunião ordinária

Dia: 20-março-2018

Hora: 10:00

Local: sala 311 do Palácio Tiradentes

AUDIÊNCIA PÚBLICA:

Comissão de Agricultura, Pecuária e Políticas Rural Agrária e Pesca.

Dia: 20 de março de 2018

Hora: 10:00

Local: Auditório Senador Nelson Carneiro - ASNC, situado no Palácio 23 de Julho, 6º andar, Praça XV s/nº, anexo ao Palácio Tiradentes.

Tema: A Situação de Emergência de Estiagem, decretada pelos municípios das Regiões Norte e Noroeste Fluminense, homologada pelo Governo de Estado

AGORA É LEI: MUDANÇAS SOBRE O CONTROLE DE INCENTIVO FISCAL

Lei que criou regras para a concessão e controle de incentivos fiscais - Lei 7.495/16 - foi modificada, com a alteração em prazos para a prestação de contas das empresas beneficiadas junto ao Sistema de Governança de Incentivos Fiscais e Transparência (Sigift), órgão do Governo do Estado. A alteração da norma está estabelecida na Lei 7.907/18, sancionada pelo governador Luiz Fernando Pezão e publicada no Diário Oficial do Executivo desta quinta-feira (15/03).

Antes da mudança, as companhias que têm isenções de ICMS deveriam encaminhar até o último dia útil do mês de julho todas as certidões necessárias para usufruir dos incentivos - como licenças e alvarás, por exemplo - além de documentos comprobatórios dos benefícios econômicos e sociais gerados ao Estado no ano anterior. Agora, o Sistema de Governança de Incentivos, criado em abril de 2017, terá 60 dias para regulamentar novos prazos para a avaliação desses requisitos.

Secretário de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico, Christino Áureo afirmou que a mudança foi necessária para garantir a

efetivação da norma. "A operacionalização da lei nos mostrou que era preciso modificar os prazos estabelecidos. O Executivo terá totais condições de garantir a fiscalização e operacionalização dos benefícios fiscais", disse.

Emendas aprovadas

Além do prazo para que o governo regulamente a prestação de contas sobre os benefícios - que não existia no projeto original e foi incluído pela Alerj - os deputados fizeram outras mudanças no texto. Uma delas determina que, caso os órgãos estaduais não emitam documentos necessários em até 60 dias a partir da solicitação feita pela empresa, o próprio protocolo desse pedido poderá ser apresentado, com validade de um ano.

Presidente da Comissão de Tributação e um dos autores da emenda, o deputado Luiz Paulo (PSDB) afirma que muitas vezes licenças e certidões demoram muito a serem entregues, o que poderia colocar em risco as empresas. "Assim conseguimos proteger os empresários quando o erro for dos órgãos do governo", explicou. Outra mudança incluída por emenda determina que o Executivo encaminhe para a Alerj e para o Tribunal de Contas do Estado (TCE), até o fim do mês de abril, o relatório da verificação e da concessão de incentivos realizada no ano anterior.

Fonte: site ALERJ

Presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto. Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Estadual do Estado do Rio de Janeiro.